



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	13. JAN. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Com os lagares a deitar por fora...

Governo aumenta em 3\$00 / litro os preços de intervenção do azeite

Fundação Cuidar o Futuro

Após a suspensão da resolução do Governo de Lurdes Pintasilgo que traçava as novas linhas gerais de política do azeite para a presente campanha e, na sequência daquela despacho normativo fixando os preços a que o IAPO adquiriria o azeite virgem com acidez até 4 graus (diplomas publicados no 3.º suplemento do «Diário da República», de 26 de Dezembro), o Executivo de Sá Carneiro, através do Ministério do Comércio, emitiu um comunicado (que não chegou à nossa Redacção) anunciando os novos preços de intervenção, os quais vão ser imediatamente enviados para o jornal oficial.

Em relação aos que haviam sido fixados pelo V Governo, os novos preços são mais caros 3\$00/litro. Assim: para 0,5 graus de acidez, 97\$00 (94\$00); 1,0 - 95\$00 (92\$00); 1,5 - 93\$50 (90\$50); 2,0 - 92\$50 (89\$50); 3,0 - 90\$50 (87\$50) e 4,00 - 88\$50 (85\$50).

O comunicado refere que as demais condições estabelecidas pelo Governo anterior se mantêm.

Segundo a opinião de técnicos ligados ao sector do azeite, este aumento, porventura injustificável, vai custar ao Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos (IAPO), uma verba muito mais elevada do que a inicialmente prevista. Recorde-se que, para o efeito, o (IAPO) havia sido autorizado, pelos ministros de Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo do anterior Governo a contrair na CGD um empréstimo até ao montante de 900 mil contos.

Fruto ou não de pressões dos agricultores confederados,

a verdade é que, com os lagares a deitar por fora, tais cotizações não propiciam a exportação dos vultosos excedentes (milhares de hectolitros de azeite velho continuam «sequestrados»), já que os países produtores nossos concorrentes competem com melhores preços. A não ser que se entre nos mercados externos praticando preços inferiores aos do custo, com prejuízo, portanto, para o erário público.

O CONSUMO DE NOVO A MERCÊ DOS «TUBARÕES»?

Em tempo oportuno, «O Comércio do Porto» denunciou as fraudes escandalosas praticadas: 25 milhões de litros de óleo, por ano, misturados e vendidos como azeite, com o consequente dispêndio de uns 13 milhões de contos em importações de oleaginosas e de subprodutos, isto porque, na campanha de 78/79, de uma produção de apenas 35 milhões de litros de azeite, sobram nada mais, nada menos, que 15 milhões.

Ora, se as previsões relativas à campanha actual chegaram a apontar para um volume próximo dos 50 milhões de litros, é imperativo incentivar os produtores e os embaladores a lançar no mercado as suas marcas de produto genuíno, e garantir aos consumidores a utilização de azeite de adequado grau de acidez, a preços que se possam (podem?) confrontar com os que anteriormente se pagavam por um produto falsificado, mas vendido como genuíno de oliveira.

Porém, tal imperativo será possível, sabendo-se que muitos olivicultores vêm «despachando» azeite a baixo preço, que os armazenistas oportunistas adquirem para, depois, de um litro fazerem meia dúzia? Sabendo-se, mais, que existe, pelo menos em Lisboa, o contra-

bando de «garrafão», vendido (à descarada) a preços inferiores aos da tabela? Sabendo-se ainda, que o IAPO ainda não dispõe dos meios suficientes para intensificar a fiscalização?

Para cúmulo, ainda se fala em terem sido feitas impor-

tações, de Espanha, por processos ilegais.

Pois é face a este quadro que se põe a posição do consumidor. Perante uma boa colheita (tal como a do vinho), será que os portugueses vão continuar a ficar à mercê dos «tubarões»?